

Jornal

BANCÁRIO

Greve Geral teve protestos caminhada e paralisação



Ato terminou em frente aos bancos no centro da cidade e contou com a participação de várias entidades

A Greve Geral convocada pelas centrais sindicais e demais movimentos sociais que compõem as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo foi mais um recado dos

trabalhadores contra as reformas trabalhista e da Previdência propostas pelo governo federal.

Em praticamente todo o país, sindicatos e federações de bancários

e demais trabalhadores do ramo financeiro filiados à Contraf-CUT realizaram assembleias e a categoria aderiu as atividades da Greve Geral. Nos locais onde não houve a possibilidade de paralisar o trabalho, houve atraso na abertura, manifestações e entrega de materiais aos trabalhadores e à população de forma geral explicando os motivos da greve.

É inegável que as categorias que aderiram conseguiram realizar manifestações e paralisações suficientes para chamar a atenção da sociedade e mostrar para deputados e senadores que, se eles votarem a favor das reformas que eliminam direitos trabalhistas, terão dificuldades em se reeleger nas

próximas eleições. Vamos fazer pressão agora e, durante a campanha eleitoral, mostrar quem votou contra os trabalhadores, e não tem como esconder, afirma o presidente do Sindicato dos Bancários de Dourados lembrando que os mais diversos meios de comunicação registraram as atividades contra as reformas.

Em Dourados os bancários participaram do ato público na Praça Antônio João e também da caminhada pelas principais ruas no centro da cidade. Os bancos tiveram a abertura retardada em uma hora.

Vale lembrar que a manutenção dos direitos conquistados depende da mobilização de cada trabalhador e trabalhadora.

Trabalhadores do Sicredi aguardam por negociação

A diretoria do Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Dourados e Região-MS está aguardando a direção dos Sicredi's para dar início as negociações para a renovação do Acordo Coletivo dos Trabalhadores nas Cooperativas de Crédito Centro-Sul e Pantanal. Após a Minuta de Reivindicações, aprovada em assembleia, ter sido entregue às cooperativas no dia 14/06, A Comissão de negociação do Sindicato propôs a primeira rodada para o dia 21/06, porém não houve nenhuma manifestação por parte da direção das cooperativas.

O Sindicato dos Bancários de Dourados é o representante dos trabalhadores em

Cooperativas de Crédito em Dourados e região(Sicredi), inclusive já temos decisão proferida em última instância no TRT.

Não podemos permitir essa falta de respeito com os trabalhadores e principalmente com a categoria que espera pela renovação do Acordo Coletivo, informa o diretor do Sindicato Edson Rogini. Ele informou ainda que o Ministério do Trabalho agendou uma mesa de negociação, a pedido do Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro para o dia 11 de julho, e nesta data esperamos os representantes patronais para iniciarmos as negociações do Acordo coletivo dos Cooperativários.

Incorporação de salários no BB

O Sindicato solicitou ao seu departamento jurídico que ingresse com ação coletiva visando a incorporação ao salários para todos aqueles que foram atingidos pela reestruturação do Banco do Brasil e perderam função e tiveram prejuízos em seus salários. O artigo 5º, inciso XXXVI, e 7º, inciso VI, da Constituição Federal, que dispõe a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, além de proibir a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

O banco unilateralmente sem acordo coletivo, alterou suas resoluções interna e reduziu os salários de seus empregados.

Uma assembleia geral extraordinária será convocada para tratar do assunto, discutir a aprovação ou não para a propositura da medida judicial em nome dos bancários associados.

Ação sobre 7ª e 8ª para assistente “A” no BB aguarda laudo de perito oficial

O sindicato dos Bancários de Dourados e Região, ingressou com uma ação civil pública, buscando reconhecer o direito à jornada normal de trabalho de 6 horas diárias, com a respectiva percepção de horas extras das excedentes das 7ª e 8ª horas laboradas, pelos empregados que exercem as atribuições de Assistente “A” em Unidade de negócios do Banco do Brasil.

A sentença condenatória foi favorável aos trabalhadores e já transitou em julgado. O processo entrou na sua fase final de

liquidação de sentença. O sindicato visando agilizar a execução contratou um perito contábil para elaboração dos cálculos individualizado, e apresentou nos autos.

Contudo, a Juíza titular da Vara do Trabalho de Dourados, entendeu ser necessário a realização de cálculos de liquidação pelo perito oficial do juízo e determinou a remessa do processo ao perito oficial. Esta é a fase atual de andamento do processo que tramita pela 1ª Vara do Trabalho de Dourados.

Reforma trabalhista vai ao plenário do Senado

O projeto de reforma trabalhista avança no Congresso Nacional e com a aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com 14 votos favoráveis e 11 contrários no Senado ele vai a votação no plenário. A data para essa votação está prevista para o dia 11 de julho.

O projeto é a maior e mais ampla reforma da legislação trabalhista e do sistema de relações de trabalho realizada no País. Ao todo serão alterados mais de 120 artigos da legislação e outros 200 dispositivos. Estima-se que 90% desses mecanismos são nefastos, reduzirão direitos, fragilizarão a proteção laboral, diminuirão o poder de organização dos trabalhadores através dos sindicatos. Trata-se de uma poderosa iniciativa de proteção às empresas, pois legalizará muitas formas de precarização do trabalho, com o único objetivo de facilitar o aumento dos lucros. Diminuirão, com isso, os passivos trabalhistas, o poder das entidades sindicais e da Justiça do Trabalho.

O projeto e os que o defendem argumentam e propalam as vantagens de 10% dos aspectos que podem ser considerados positivos e, com esse cobertor curto, procuram esconder as maldades contidas nos 90% “restantes”.

Os condutores desse processo foram astutos na estratégia legislativa, diante da oportunidade única de aprovação de uma de

formação dessa envergadura, que não seria autorizada se passasse por debate público.

O governo enviou um projeto com meia dúzia de mudanças, a Câmara dos Deputados o colocou em debate e, enquanto isso, o deputado relator, Rogério Marinho (PSDB-RN), reelaborou o texto, com apoio do setor empresarial e de membros do Judiciário, e apresentou uma proposta que promove a devastação dos direitos trabalhistas. Em menos de três semanas, foi apresentado e votado um novo projeto, sem nenhum debate.

No Senado, a pressão governamental e empresarial busca, de todas as formas, aprovar o projeto da maneira que veio da Câmara.

O relator apontou apenas seis itens, que, na avaliação dele, envolvem questões polêmicas e merecem, por isso, mais debates e estudos.

Há consenso de que é preciso adequar o atual sistema de relações trabalhistas às profundas transformações do mundo do trabalho, mas o projeto proposto nem tangencia um campo de entendimento entre capital e trabalho. Muito pelo contrário, a pressa parlamentar para aprovar o projeto evidencia a oportunidade única de impor um golpe do capital, que produzirá uma deformação ainda maior no sistema de relações de trabalho, por isso as centrais sindicais estão pressionando a classe política para que não tenha pressa nessa votação.

Em 2017, não tem abono, tem aumento real nos salários

Alguns companheiros estão com dúvidas sobre o reajuste salarial previsto nas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT 2016-2018) de bancários e de financeiros, válidas por dois anos.

Em 2016, ambas as categorias conquistaram reajuste salarial de 8%, mais um abono único desvinculado dos salários (no valor de R\$ 3.500 para bancários e R\$ 2.000 para financeiros). Já em 2017, os salários das duas categorias serão reajustados pelo valor do INPC/IBGE acumulado nos 12 meses anteriores à data base (inflação do período), mais 1% de aumento real.

O Sindicato explica que o valor pago a título de abono único desvinculado dos salários representa uma compensação pela não reposição salarial da inflação. Os trabalhadores que estão há mais tempo nas categorias sabem que essa combinação de reajuste abaixo da inflação e abono é muito negativa e, no médio prazo, traz grandes perdas.

O abono é dinheiro no bolso de imediato, mas como não reflete sobre férias, 13º e FGTS se transforma em perda em menos de um ano. O valor não acumula nos salários, pois é pago em parcela única. Além disso, há incidência de imposto de renda e INSS, o que significa que o que o trabalhador efetivamente recebe é menor do que o apresentado pelos bancos. No longo prazo, isso significa menor poder de compra. Já o aumento real é garantia de valorização dos salários e maior poder de compra a longo prazo, pois não pode ser retirado, além de incidir sobre férias, 13º e FGTS.

Com relação a PLR, o Comando Nacional e Fenaban estarão discutindo o modelo a ser implementado neste ano para aplicar aos trabalhadores das instituições financeiras.

Senador baiano quer que bancos abram aos sábados



Proposta é repudiada pelos bancários

A situação dos bancários que já é ruim, com muita sobrecarga, pode piorar. O projeto de lei do senador baiano Roberto Muniz (PP/BA) quer que as agências abram aos sábados. A iniciativa fere legislação federal e a Convenção Coletiva de Trabalho.

O PLS 203/2017 apresentado na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) vai passar pela CAS (Comissão de Assuntos Sociais) e CTFC (Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor) em caráter terminativo, ou seja, sem a necessidade da aprovação no

plenário do Senado. Depois, segue para a Câmara Federal. A categoria está indignada.

O PLS não teve debate público e, mesmo assim, quer passar por cima de conquistas históricas como o descanso semanal remunerado do sábado e a jornada de seis horas. O presidente do Sindicato dos Bancários de Dourados, Ronaldo Ferreira Ramos, lembra que as empresas precisam contratar e não penalizar ainda mais o funcionário.

O Sindicato sempre defendeu que os bancos ampliem o tempo de atendimento aos clientes, desde que haja duas equipes diariamente contratadas. Mas, as empresas se recusam e, ao invés de elevar os postos de trabalho, demitem.

A jornada de trabalho de seis horas e o descanso semanal remunerado aos sábados e domingos é uma conquista da categoria, que manuseia grandes quantias de recursos e que quando exercida esta tarefa por muitas horas, o trabalhador fica estafado e sujeito a erros. Os erros são cobrados dos funcionários, que ficam com prejuízo e ainda são dispensados. Isso é que deveria ser observado pelo senador

Itaú quer punir quem fizer horas extras

O Itaú ameaça punir bancários de agências que cumprirem horas extras. Segundo denúncias, nas duas primeiras vezes o funcionário receberá uma advertência por escrito. Na terceira será demitido por justa causa. O que o bancário deve fazer se estiver no meio de um atendimento que ultrapassar a sua jornada de trabalho? Largar o cliente, bater o ponto e ir embora?

As equipes estão sendo avisadas de que na próxima semana será gerada ata no sistema, a qual os bancários deverão assinar comprometendo-se a cumprir os novos critérios. O Sindicato orienta aos funcionários que não ratifiquem o documento. A entidade também já cobrou posicionamento do RH do banco e aguarda resposta.

Com essa prática o Itaú demonstra qual sua política de afastar cada vez mais os clientes das agências, apostando na cultura digital, o que aumentará ainda mais os lucros do banco, que ficam cada vez mais concentrados nas mãos de poucos.

Funcionários cobram correção em desvio de função no Bradesco

Reivindicação do movimento sindical é antiga e banco começa a rever alguns casos



A pressão do movimento sindical fez com que o Bradesco começasse a corrigir casos de desvios de função, quando, por exemplo, um bancário de determinado cargo acumula responsabilidades de outro, muitas vezes com remuneração maior que a sua.

Segundo Janes Estigarribia da

COE (Comissão de Organização dos Empregados) da Federação Centro-Norte, lembrou que esta é uma antiga reivindicação da categoria. Adiantou que as correções estão sendo feitas, a princípio, nos cargos de assistentes e gerentes de pessoa física e pessoa jurídica.

Ele disse que a Comissão tem cobrado agilidade para que a justiça seja feita. Não era possível que o banco continuasse a postergar a solução destes casos. Há anos vimos exigindo o fim destas distorções. Embora o Bradesco diga que este é um processo normal de "reconhecimento do trabalho" dos funcionários, sabemos que só está acontecendo devido à cobrança feita pelo movimento sindical, como foi o caso da sexta-feira sem gravata.

As distorções acontecem também na área administrativa. Na mesa de negociação, foi exigido do Bradesco que a correção da remuneração seja feita para todos os funcionários nesta situação. O banco informou que fará um levantamento e dará uma resposta em breve. Recentemente os gerentes PJ, tiveram majoração, entretanto, essa distorção agora é visível com os gerentes PF, Caixas e outros cargos.

O movimento sindical sempre tem colocado a necessidade de um Plano de Cargos, mas o banco insiste em afirmar que o banco já tem, mas como se trata de carreira fechada não tem demonstrado como isso funciona e essas distorções é uma verdadeira injustiça com os empregados e desrespeito da instituição.

Bancários do MS, criam Comitê em Defesa dos Bancos Públicos no MS

Comitê foi criado após audiência pública realizada na Assembleia Legislativa



Os bancários do MS realizaram no dia 20 de junho uma audiência pública "Em Defesa dos Bancos Públicos". O evento que foi proposto pelo deputado estadual João Grandão, e realizado em parceria com o Sindicato dos Bancários de Dourados e Sindicato dos Bancários de Campo Grande, contou com a participação de diversas instituições e da Fetec-CUT/CN, Contraf-CUT Fena e Dieese, onde ao final defenderam a criação de uma Frente Parlamentar e um Comitê Estadual para discutir o assunto.

Os bancos públicos atuam em áreas de baixa rentabilidade, mas elevado retorno social. Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil são responsáveis por financiar e gerir programas sociais como o FIES, e viabilizar políticas públicas, como Minha Casa Minha Vida, que garantiu 2,6 milhões de moradias para a população de baixa renda.

O Banco do Brasil é o banco público que mais libera recursos para o financiamento da agricultura familiar, que é responsável por 70% da produção alimentar no país. Sem os bancos

públicos, a taxa de juros da agricultura familiar que hoje varia de 2,5% a 5,5% ao ano pode subir até 70%. Isso significa que a comida vai chegar mais cara à mesa do brasileiro.

A criação da Frente Parlamentar Estadual foi proposta com o objetivo de evidenciar e combater o desmonte das instituições financeiras públicas promovido pelo Governo Federal. "O que está acontecendo é a destruturação dos bancos federais, com demissões e fechamento de agências com o intuito de privatizá-los. Na medida em que o serviço é precarizado, se justifica para a população a privatização desta instituição", afirma o presidente da Fetec-CUT/CN, Cleiton dos Santos.

Ainda de acordo com o presidente da Fetec-CUT/CN, o projeto de privatização do atual governo alcança bancos federais e estaduais. "No caso dos bancos estaduais, tendo em vista a negociação que há com os governos estaduais em razão das dívidas com o governo federal, uma das exigências do Michel Temer é que os Estados vendam os bancos

estaduais, assim como as empresas de energia e de água".

Por outro lado, Ronaldo Ferreira Ramos do Sindicato dos Bancários de Dourados afirmou que esse é um debate que não pode ser feito somente pelos trabalhadores do ramo financeiro. Toda sociedade deve se empenhar nessa luta, principalmente a classe empresarial e do agro-negócio que dependem e necessitam dos bancos públicos.

"Precisamos dar visibilidade para esse debate. A sociedade tem que saber o que os bancos públicos significam. Defendemos o emprego, mas também promovemos a discussão sobre o projeto de desenvolvimento do Brasil", defendeu o presidente Contraf-CUT, Roberto Von der Osten, durante a audiência.

O debate político já ocorre em âmbito nacional, sendo que no dia 13 de junho foi criada, em Brasília, a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos.

João Grandão destaca que a criação de uma Frente Parlamentar Estadual vai permitir que a discussão ocorra simultaneamente no âmbito sindical e da sociedade em geral, como também entre a classe política, por isso propôs a criação de um Comitê Estadual em Defesa dos Bancos Públicos bem como a elaboração de uma cartilha com informações regionais sobre os impactos da privatização

Como resultado dessa audiência o Comitê foi criado no dia 28/6 e é composto por Jadir Fragas e Luciana Rodrigues do Seeb de Campo Grande-MS e Região; Carlos Alberto Longo e Edson Cláudio Rigoni do Sindicato dos Bancários de Dourados-MS e Região; Ricardo Dualibi e Cláudia Chanfrin da Assessoria do deputado João Grandão.

Defesa dos bancos públicos é consenso entre bancários da Caixa e do BB

Os diretores Carlos Longo(BB) e Edson Rigoni (CEF), estiveram participando nos dias 30, 1 e 2 de julho do 33º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef) e do 28º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (CNF/BB), onde aprovaram entre suas resoluções a defesa da democracia e a realização imediata de eleições diretas para substituição do Presidente da República e dos membros do Congresso Nacional.

Outro ponto comum nos dois congressos é o aprofundamento da campanha em defesa dos bancos públicos e foi um momento de reflexão e acima de tudo para pensar e lutar pelas instituições públicas do Brasil.

O CNF/BB ratificou o debate que já vinha sendo feito sobre a defesa dos bancos públicos e dos funcionários contra as consequências do desmonte do Banco do Brasil, sendo que várias propostas sobre saúde do trabalhador, Cassi, Previ e a luta contra a terceirização foram

tiradas e serão encaminhadas para negociar com a empresa.

Já no Conecef que foi marcado por um amplo processo de discussão e unidade os trabalhadores se mostraram unidos e fortalecidos para a luta em manter seus direitos e farão os devidos encaminhamentos e resoluções do congresso aos responsáveis pela difusão das mesmas que são as comissões dos empregados que tem negociado diretamente do a direção dos bancos.